

TRANSFORMAÇÕES E VESTÍGIOS DO PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO DA LAPA CARIOCA¹

TRANSFORMATIONS AND TRACES OF THE PROCESS OF REVITALIZATION OF RIO'S LAPA

Francisco Ramos de Farias²Vinicius Ramos Rigotti³Vitória Ramos Rigotti⁴

Resumo

Este artigo analisa as consequências do processo de transformação arquitetônica e social decorrente das iniciativas de revitalização da Lapa, evidenciando vestígios e restos deste processo. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise documentos, focalizamos as mudanças arquitetônicas realizadas e o cenário produzido pela revitalização de um polo de lazer com enfoque em um determinado segmento social. Importante ressaltar que a Lapa traz consigo uma espécie memória/identificação com a boemia. Contudo, a revitalização alterou significativamente o segmento social que, atualmente, usufrui do bairro, principalmente, pelos preços elevados das casas noturnas. Da mesma forma observamos que a ocupação de outro segmento de alto poder de consumo, inflacionou preços dos imóveis e locações. Imperioso ressaltar que a transformação preconizada ocorreu às custas da remoção de pessoas, coagidas pela elevação do custo de vida ou, forçadamente, pela ação de aparatos repressivos, causando danos subjetivos na população removida, devido ao estranhamento

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento (001) e do CNPq.

² Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Editor de Seção da Revista Temas em Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia. Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Editor de Seção da Revista Temas em Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia. Brasil. Email: frfarias@uol.com.br

³ Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Cursa o Mestrado em Memória Social no Programa de Pós-Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro com bolsa Demanda Social da CAPES. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: viniciusrgtt@gmail.com

⁴ Geografa pela Universidade Federal Fluminense. Cursa o Mestrado em Memória Social no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com bolsa Demanda Social da CAPES. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: vitoriarigoti@id.uff.br

causado pela ambientação em novos espaços e a convivência com pessoas desconhecidas. Nesse processo de gentrificação, identificamos uma verdadeira higienização do bairro, justificada em nome da especulação imobiliária.

Palavras-chave: Revitalização; vestígios; memória; violência; restos.

Abstract:

This article analyzes the consequences of the process of architectural and social transformation resulting from Lapa's revitalization initiatives, evidencing vestiges and remains of this process. Through bibliographic research and document analysis, we focus on the architectural changes made and the scenario produced by the revitalization of a leisure center focused on a particular social segment. It is important to note that Lapa brings with it a kind of memory/identification with bohemia. However, revitalization has significantly altered the social segment that currently benefits from the neighborhood, mainly due to the high prices of nightclubs. In the same way we observe that the occupation of another segment of high consumption power, inflated real estate prices and leases. It's imperative to point out that the proposed transformation took place at the expense of the removal of people, coerced by the elevation of the cost of living or, forcibly, by the action of repressive apparatuses, causing subjective damages in the population removed due to the estrangement caused by the setting in new spaces and the coexistence with unknown people. In this process of gentrification, we identified a true hygiene of the neighborhood, justified in the name of real estate speculation.

Key words: Revitalization; trace elements; memory; violence; remains.

Introdução

A cidade, ao ser criada, começa a construir sua história em vários capítulos, que resultam de significativas transformações arquitetônicas e sociais, as quais refletem, e ao mesmo tempo são o reflexo direto das produções econômica e cultural, incidindo em diferentes setores como habitação, comércio, bem-estar e lazer. Trata-se de uma história contínua, de certo modo viva que, em termos da cartografia humana, traduz pela pulsação de acontecimentos marcados por movimentos de destruição e criação.

A complexa geografia dos territórios urbanos, quase sempre marcada pela heterogeneidade étnica, econômica e geográfica, pelos menos, na cidade do Rio de Janeiro, expressa uma singularidade com nuances subjetivas próprias. Quer dizer, os habitantes das cidades afetam e são

afetados tanto pelos contornos geográficos quanto pela dinâmica e circulação de pessoas. Nesse sentido, dependendo da configuração geográfica de um espaço urbano e das pessoas que nele circulam, temos modos próprios de relacionamento social, bem como visões específicas em relação aos espaços físicos. Com isso, queremos sinalizar que a estrutura arquitetônica, não só configura um lugar, mas também interfere radicalmente no modo de ser e de agir das pessoas que cotidianamente interagem com esse espaço, a ponto de deixar vestígios, na condição de atores sociais, produzindo traços de uma história que politicamente podem ser lançados ao esquecimento ou eleitos como memória.

A organização heterogênea da cidade varia segundo determinados critérios. Em princípio, tem lugar as atividades produtivas estruturadas por movimentos do poder público e pela iniciativa privada que afetam e interferem na configuração e dinâmica dos grupos locais. Há de se considerar também o caráter movediço do fluxo de pessoas, dependendo de deslocamentos para postos de trabalho; para locais de estudo; ou para entretenimento, além da população adulta em situação de abandono social que povoa determinadas regiões das grandes cidades, caracterizando-se pela fixação ou pela condição de andarilhos à deriva. Em razão dessa dinâmica, o espaço urbano é constantemente reorganizado e reconfigurado, no sentido da produção de novos cenários físicos e humanos. No entanto, para alcançar essa finalidade, muitas vezes, causa apagamentos e outras formas de ocultamento, mesmo em relação àquilo que subsiste pelos processos de tombamento, como monumentos arquitetônicos. Contudo, qualquer que seja a modalidade do processo de preservação ou destruição, estaremos diante de vestígios que devem ser tomados como indícios de vida, elementos importantes para a construção da memória desse lugar.

Sob esta perspectiva, focalizaremos uma região da cidade do Rio de Janeiro que, como outras, foi palco de transformações arquitetônicas que repercutiram diretamente na formação de grupos sociais: o atual bairro da Lapa, que somente teve sua delimitação geográfica em 2012, pela Lei Ordinária nº 5.407. Contudo, é preciso esclarecer que muitas reformas urbanas realizadas até então realizadas no contexto da região conhecida como Lapa excederam os limites preconizados por essa Lei, pois devemos considerar, em planos distintos, a delimitação estabelecida legalmente e a ideia que circula no imaginário social sobre uma dada região.

As transformações ocorridas na Lapa decorreram principalmente de políticas que resultaram em arrasamento de morros, extinção definitiva de lagoas, aterramento de pântanos e de regiões costeiras para a construção de praças, parques, abertura de aberturas de avenidas, grandes monumentos, edifícios comerciais, residências e casas de lazer e entretenimento. O cenário emergente mantém-se às custas da elevação de tributos, alugueres, estacionamento que, entre outros fatores, obrigam pessoas, de um determinado segmento social a abandonarem seus locais

de habitação e convivência, ao mesmo em que registra a entrada de grupos sociais abastados, configurando assim as antípodas do processo de gentrificação que consiste, conforme assinala Ribeiro (2018, p. 1337) “nas renovações criativas das cidades e no desenvolvimento de infraestrutura como fontes de absorção de excedente de capital. Trata-se da absorção de capital por meio do redesenvolvimento urbano”. Contudo queremos assinalar esta é a faceta positiva do processo de gentrificação, sendo os danos subjetivos causados a grupos sociais, o seu lado negativo.

A cidade do Rio de Janeiro tem sua história marcada por diversas reformas urbanas, as quais conformam uma trajetória que se iniciou antes de ser alçada à capital do Brasil. Em certo sentido o ímpeto de reformas urbanas parece ter se tornado o mote da cidade, visto que desde a notável construção do monumental Aqueduto da Carioca (edificado nas primeiras décadas do século XVIII), a cidade, em diversas regiões, não parou de ser reformada, resultando em diferentes cenários.

Os projetos para a transformação da geografia da cidade foram influenciados pelos planos diretores de revitalização de cidades europeias, principalmente a capital francesa. Contudo, devemos considerar fatos relevantes (a chegada da Família Real portuguesa, no início do século XIX, a independência do Brasil, a constante pressão inglesa que redundou na abolição da escravidão e a implantação do regime republicano) que impuseram modificações, alterando sistematicamente os mapas da cidade, pois se compararmos a configuração da região central da cidade do período colonial (PRIORE, 2010) com uma representação do Brasil imperial constatamos alterações surpreendentes.

Aludindo à abolição da escravatura, na última década do século XIX, e à grande migração desde as primeiras décadas do século XX, a cidade enfrentou um sério problema de urbanização que, até a época imperial, não se afigurava. Diante dessa situação, a cidade transformou-se em um cenário de grandes convulsões sociais em termos habitacionais, em virtude da circularidade dessas pessoas em espaços anteriormente habitados pelos segmentos abastados economicamente da população. Conforme assinala Abrahão (2018, p. 33):

Os ex-escravos e os migrantes eram vistos como pessoas desprovidas de hábitos refinados ou modos adequados para interagir com a casta da cidade carioca. O maior reflexo dessa disparidade foi registrado na região central da cidade, constituída por vielas, nas quais coabitavam prédios e imensos cortiços, além das crescentes favelas nos morros, como o Morro da Providência e o extinto Morro do Castelo. As condições de higiene e saneamento básico eram quase inexistentes, e estas, associadas à geografia da cidade, causavam epidemias de febre tifoide, varíola e febre amarela. A grande disseminação de doenças atribuída a essas camadas da população chamou atenção das autoridades para uma urgente reforma desse cenário.

Cabe salientar que o objetivo principal dessa reforma consistiu na transformação física de espaços urbanos a ponto de resultar em uma arquitetura de cunho estético orientado para os anseios da classe dominante; como também o deslocamento forçado, para não dizer a retirada imposta, de grupos sociais considerados inadequados para circular e viverem naquela região; seja pela alegação de que seriam potencialmente difusores de doenças graves, além de violentos; seja para evitar que pessoas da classe dominante tivessem contato com costumes considerados abomináveis devido à grande diferença em termos de condições étnicas, econômicas e culturais.

Com a justificativa de sanar conflitos urbanos e embelezar a cidade, foi estabelecido um plano diretor, cujo foco principal incidiu na implementação de aspectos sanitários. Contudo, essa ação do Poder Público, incluía, no seu bojo, também estratégias de controle social mediante o silenciamento de uma classe da população, a qual deveria ser mantida segregada e afastada dos locais de convívio da elite carioca. Faz-se necessário trazer à lume uma peculiaridade: desde as últimas décadas do século XVIII, os gestores da cidade do Rio de Janeiro aspiravam transformá-la em uma cidade moderna a exemplo das grandes metrópoles europeias e americanas. Para alcançar esse objetivo a cidade devia ser esteticamente bem apresentada, transformando-se em um polo de atração para o turismo e negócios. Além disso, era preciso dar um destino à uma camada da população totalmente à deriva, constituída por ex-escravos e migrantes desempregados. Eis o mote para a propalada política de higienização com fins claramente eugênicos. A esse respeito, Lessa (2001, p. 296) assinala que:

[...] A República se propôs a cancelar o cortiço por razões urbanísticas e sanitárias explícitas, em busca de uma configuração de prestígio. A reforma urbana nada propôs em relação aos quarteirões lindeiros à área reformada, tampouco sugeriu nenhum novo padrão de controle policial. Não realizou qualquer política habitacional para os pobres. Simplesmente não tomou em consideração a moradia para o povo. Desconheceu o problema. Pareceria que, para os homens da Reforma Passos, o povo era invisível.

Ao longo do século XX, a pobreza do Rio distribuiu-se pelos neocortiços, pelos loteamentos improvisados nos eixos inundáveis e pelas favelas nas encostas dos morros e de zonas inundáveis. De um início discreto, a favela impôs sua presença efetiva no espaço urbano e no imaginário do Rio de Janeiro a partir dos anos de 1920. Ela pode ser escolhida como uma alegoria, pois reúne o modo de ser e desvela a criatividade da pobreza urbana.

Um aspecto digno de observação vale ser mencionado: o Estado, diante da situação de miséria e conflitos sociais, ao invés de empreender políticas públicas para solucionar minimamente a situação dessas classes sociais, tomou outra direção, fazendo opção pela punição das mesmas, aplicando medidas restritivas, como o impedimento de circulação de pessoas em determinados espaços públicos e horários específicos. A exceção consistiu na permissão para essas pessoas se

apresentarem aos locais de trabalho alertadas de que deveriam apressarem-se para o retorno aos seus lares, muitos deles distantes dos postos de trabalho, em função do horário de encerramento do transporte público. As péssimas condições de vida, gerenciadas pelos habitantes dessas regiões ignoradas pelo Poder Público, contribuíram, decisivamente, para a criação dos aglomerados urbanos denominados de favelas.

Conforme podemos depreender, instalou-se na cidade uma grande crise em termos sociais e habitacionais que, segundo Benchimol (1992, p. 128):

A penúria e carestia das habitações para a grande massa dos pobres irrompeu no Rio de Janeiro, no momento em que se desarticulou a escravidão urbana com a extinção do tráfico. Permaneceu como crise latente na história da cidade, confundida com surtos epidêmicos, assumindo dramáticas proporções quando a abolição da escravidão e a queda da monarquia desataram o volumoso fluxo de imigrantes estrangeiros que veio engrossar a população (permanente ou em trânsito) da Capital da República.

Como as classes sociais ficaram somente na mira do controle e da segregação sob a alegação de que era premente modernizar a cidade e combater focos de doenças, a situação de tensão social apenas deslocou-se de território: da região central para as favelas e periferia da cidade, relegadas pelo Poder Público que imputava à essas classes sociais a responsabilidade pelas condições de vida, como se fossem fruto de uma escolha pessoal. O artifício utilizado pelas autoridades para escamotear essa situação consistiu na argumentação de que, segundo Bento Filho (2017 p. 129) “nos primórdios do século XX, o Rio ainda conservava grande parte do traçado colonial. O Centro era superpovoado e propenso à febre amarela e varíola”.

Essas circunstâncias mobilizaram o Poder Público para a reforma da cidade. Uma escolha foi decisiva para a execução do projeto: o engenheiro de fiscalização de obras públicas foi cogitado para ser o prefeito da cidade e realizar a reforma. A indicação recaiu sobre Francisco Pereira Passos, devido à sua estadia em Paris à época da execução do Plano Haussmann. Antes de assumir o cargo, Pereira Passos exigiu agir livremente, com prerrogativa de não submeter seus projetos à associação ao Conselho Municipal, conforme assinala Benchimol (1992).

Seguindo as mesmas diretrizes do Plano Haussmann, que segundo Benévolo (2009) objetivou implementar condições para fluidez no tráfico urbano e facilitação de manobras militares, na cidade de Paris. Além de combater focos epidêmicos, Pereira Passos não poupou esforços no sentido de propor às autoridades governamentais, medidas necessárias para a execução exitosa de seu plano que planejou demolições, fazendo eco às ideias do gestor francês, para quem, a arquitetura das cidades deve ser considerada um problema administrativo. Sendo assim, o urbanismo deve atender a princípios racionalistas enfatizando o aspecto técnico, deixando em segundo plano, a dimensão

histórica, visto ser fundamental a modernização para o fluxo de pessoas, bem como para o desenvolvimento de estratégias visando a melhoria da circulação.

Por fim, destacam-se que as modificações urbanas necessárias à reforma contou também com arborização e iluminação de ruas, alterações de traçados, tendo um impacto positivo do ponto de vista técnico. No entanto, a configuração arquitetônica existente não foi privilegiada pelas demolições, arrasamentos, aterramentos, entre outras formas de intervenção, de modo a produzir uma verdadeira transfiguração da cidade.

É pertinente observar que as linhas norteadoras do Plano Haussmann foram praticamente todas assimiladas na Reforma Pereira Passos, excetuando-se a ideia da facilitação para manobras militares. O projeto de transformação do centro da cidade do Rio de Janeiro buscava embelezá-la, a fim de agradar a burguesia e a cidade ser bem avaliada aos olhos de detentores do capital estrangeiro, bem como fazer do centro o seu espaço administrativo, capaz de abrigar sedes de bancos e empresas, além de destacado polo de lazer, com teatros, cinemas, restaurantes, passeios públicos, praças, bosques, museus, bibliotecas, no entender de Bento Filho (2017 p. 129) essa empreitada visava, sobretudo, “mudar a capital de modo que ela atraísse imigrantes europeus e deixasse de ser motivo de piadas em que se ressaltavam sua imundice e mau cheiro”. É importante ressaltar que esta reforma urbana se fez necessária, pois a industrialização do Brasil e do Rio de Janeiro, que à época era a capital, já era tardia e precisava de condições favoráveis para acontecer (ABREU, 2008). Desta forma, pode-se perceber que a iniciativa pública, por trás de um movimento de reorganização e melhoramento do espaço urbano, prevaleceu-se do real objetivo de adequar a cidade ao novo cenário iminente: o da industrialização da cidade, ante a necessidade de estar nas mesmas condições das chamadas cidades evoluídas.

O paradigma que melhor ilustra essa circunstância concerne às obras para a abertura da Avenida Central, que faz a conexão da Praça Mauá com o Largo Ajuda (atualmente Cinelândia), no intuito de evitar interferências externas, o então prefeito valeu-se de uma estratégia exemplar: realizar as obras, simultaneamente, em todo o percurso da Avenida, retirando partes dos morros do Castelo e de São Bento, além da demolição de mais de seiscentas edificações. A consequência imediata dessa ação foi a remoção de aproximadamente trinta mil pessoas que, segundo Abrahão (2018) representa uma cifra jamais ultrapassada em termos percentuais. É interessante salientar que a obra foi executada em um tempo recorde de aproximadamente seis meses, contando também com a canalização do Rio Carioca que passou a desaguar no bairro de Laranjeiras. Essa medida teve como justificativa a solução de problemas de insalubridade e a circulação de pessoas. Em 1912, segundo Bento Filho (2017), a Avenida Central foi renomeada para Avenida Rio Branco em homenagem ao Barão de Rio Branco, faltava ainda realizar mais uma tarefa: fazer a conexão do Largo

da Lapa à Rua Frei Caneca, o que exigiu o arrasamento do morro do Senado, obra que foi alvo de muitas críticas, porém pouco eficazes para abalar o prestígio do prefeito da cidade à época, conforme constatamos em Damazio (1996).

Uma peculiaridade, a essa altura da nossa reflexão, deve ser sinalizada: as transformações do espaço físico exigiram uma grande mobilização de pessoas, que violentamente foram obrigadas a abandonar seus locais de convívio social e de lazer, sendo praticamente impedidas de circularem nesses espaços, muitas vezes tendo que realizar o trajeto de suas residências ao trabalho, a pé, seja pela precariedade do transporte público, seja por dificuldades econômicas. De certa forma, essas ideias do início do século se perpetuaram e vão tomar corpo, pelo menos parcialmente, no projeto de Revitalização da Lapa Carioca, na década de 1970. Obviamente as ideias foram retomadas, porém em consonância com os critérios vigentes, em cada época, solidários a execução de determinadas políticas públicas. Como se trata de uma política de Estado caracterizada pela continuidade, a filosofia norteadora destes projetos perpassa os diferentes planos diretores, seja no tocante ao embelezamento e valorização de determinadas áreas, seja na preparação para a realização de grandes eventos.

A grande motivação para a revitalização da Lapa, na década de 1970, deveu-se, fundamentalmente ao declínio da região decorrente de três injunções: a) a transferência da capital federal para Brasília; b) o desinteresse de pessoas e o abandono da região pelo Poder Público e, c) os respingos da moralidade do Estado Novo em termos de repressão à malandragem e a prostituição. Nesse sentido vale destacar uma medida estadual, apresentada na condição de prevenção, mas que foi arrasadora para a população marginalizada. Aludimos a grande destruição dos quarteirões que ficavam à frente dos Arcos da Lapa, cujo objetivo era demolir cortiços e albergues para tentar pôr fim à prostituição e à violência imputada à presença de malandros e boêmios. Diante das novas restrições, os possíveis malandros marginalizados, migraram para os Morros da Providência, do Santo Cristo e do Pinto; enquanto as prostitutas migraram para a região da Praça Mauá, em função dos navios e o bairro de Copacabana, em razão da alta concentração de turistas.

Esse contingenciamento de pessoas contou com incremento da indústria turística massificada, catalisada em nome do desenvolvimento, mas de forma predatória, imposta às pessoas sem quaisquer condições de reação, a exemplo dos chamados programas de revitalização de regiões urbanas marcadas por modalidades de violência imposta, pelos aparatos estatais a determinadas camadas da população. O apogeu do processo de massificação refletiu-se diretamente no Carnaval Carioca, ao ser transformado em uma grande associação para controle do carnaval com o apoio e administração de contraventores (JUPIARA e OTAVIO, 2015).

Considerando a situação das reformas urbanas, no tocante à remoção de pessoas, indagamos como ocorreu o acondicionamento de famílias que passaram a habitar em regiões distantes de seus postos de trabalhos, por não disporem de condições econômicas para continuarem vivendo nos locais onde estavam ambientadas? Os deslocamentos impostos para o progresso decorrente do processo de revitalização produziram fraturas e estranhamentos com dificuldades marcantes para as pessoas desalojadas de suas antigas habitações construir novos hábitos para se integrarem a nova situação, como por exemplo, passar horas em transportes coletivos para ir e retornar do trabalho. Nesse sentido, cabe salientar que não houve programas efetivos para resgatar os significados das perdas relativas às mudanças, ainda o processo de acondicionamento das pessoas removidas não apresentou um programa de assistência e acompanhamento por parte dos órgãos públicos.

Por fim, convém salientar que as grandes obras de transformações da cidade têm um alto custo subjetivo apenas para a parcela mais pobre da população, considerando que os transtornos temporários (engarrafamentos, fechamento de ruas, mudanças de sentido do trânsito), para a execução de obras, são pacientemente suportáveis pela classe detentora do poder aquisitivo que permanece convivendo com a situação, mas sem serem desalojadas temporária ou definitivamente.

O processo de revitalização e suas contradições

A partir do final do século XIX a região da Lapa transformou-se, principalmente com a reforma Pereira Passos, em um conhecido reduto de boemia da cidade, pelos seus bons restaurantes, hotéis e sofisticados prostíbulos, popularmente chamados de casas de tolerância. Não obstante, a atividade de prostituição destinada a classe de menor poder aquisitivo concentrou-se na Rua Pinto de Azevedo, na chamada Vila Mimosa. Vale a esse respeito lembrar que as atividades clandestinas de prostituição sobreviviam à custa de grandes empresários e políticos que visitavam a cidade e se hospedavam na região central em função da proximidade do bairro da Lapa com o bairro do Catete, sede do Governo Federal.

Com sua calorosa noite repleta de acontecimentos em diferentes casas noturnas, a Lapa conheceu sua época glamorosa até meados da década de 1960, em função do grande esvaziamento administrativo e fechamento de casas noturnas, hotéis e restaurantes que não conseguiram sobrevivência após a transferência da Capital. Todavia, a título de registro a região notabilizou-se pela presença de artistas, literatos, sambistas, cantores, pintores, escultores, entre outros. Era comum aos frequentadores e habitantes da região encontrarem pessoas, como “Manoel Bandeira,

Jorge Amado, Mario Lago, Di Cavalcanti que nesse bairro, tinha um ateliê onde reunia os amigos” (BENTO FILHO, 2017, p. 151).

Toda essa atmosfera glamorosa foi, aos poucos, conhecendo seu ocaso em função, principalmente, da austeridade que sobreviveu aos valores morais da Era Vargas, responsável pelo fechamento de muitas casas de entretenimento, o que causou, até certo ponto, o esvaziamento da região pelo desinteresse da elite carioca em frequentar o lugar. Eram bastante frequentes as batidas policiais prendendo pessoas na suspeita de serem prostitutas e frequentadores sem comprovação de vinculação ao trabalho. Quer dizer, qualquer ação que fosse interpretada como ofício proibido ocasionaria a detenção de seu agente, a melhor ilustração desse fato concerne a um Lei de Contravenções Penais que punia com prisão de até três meses por vadiagem, com exceção das pessoas que comprovassem ter condições econômicas de prover a própria subsistência. Ironicamente a vadiagem só recaía sobre uma camada da população, visto que as pessoas ricas, mesmo sem comprovação de vínculo empregatício, comprovavam ter condições financeiras para sobrevivência.

Conjuntamente com essa Lei outros mecanismos foram empregados na transformação de grupos sociais em classes perigosas mediante a colaboração dos meios midiáticos que se encarregaram da difusão, em uma época de regime de governo austero e repressivo, do mito de classe social perigosa, visto que conforme afirma Coimbra (2001, p. 42) “os *mass median* absorver as fantasias que podem se tornar perigosas; domesticam-nas de maneira organizada, mistificada, como signos abstratos e vazios que recriam permanentemente novos desejos”. Analisando a questão por esse prisma podemos depreender que, uma vez difundido o mito de classe perigosa ou de região perigosa, dificilmente conseguir-se-á dar outro rumo à situação, em razão da difusão massificada da ideia no imaginário popular em pessoas, nas quais foi minado o poder crítico de reflexão. As consequências dessa atuação da mídia foram bastante prejudiciais para o bairro da Lapa, por um lado grandes escritórios se transferiram para outros lugares e por outro muitas pessoas tomaram a decisão de continuar morando na cidade, porém migraram para outros bairros.

Todavia, apesar desses e outros percalços, na década de 1970, o bairro da Lapa ainda era marcado por ser uma zona residencial, de menor expressão econômica que abrigava pequenos comércios e ainda os sobreviventes espaços de entretenimento, muitos considerados de má reputação, salvo a Sala Cecília Meireles destinada à música erudita. Ainda nesta época, circulava, na mídia, que a região estava em franca decadência devido à violência, ao tráfico de drogas e à prostituição. Este cenário decadente, difundido como zona perigosa, não era interessante aos objetivos econômicos a que a cidade se propunha, como também era responsável pelo afastamento gradativo das pessoas em frequentarem restaurantes, casas noturnas, sendo também considerado

como a grande causa do desinteresse de grandes firmas em manterem seus escritórios em locais circunvizinhos. Nessa mesma lógica explicou-se o esvaziamento dos teatros e cinemas próximos.

Pelo fato da região ser localizada no centro da cidade, sede administrativa e financeira, a credibilidade, o prestígio e a segurança são postos em xeque, afugentando grandes investidores, que escolheram a cidade de São Paulo e outras da região sudeste como Curitiba e Florianópolis, para sede de suas empresas, representando assim, uma perda significativa para o Estado, segundo sugere Abreu (2008). Em face dessas circunstâncias, o poder público interviu, atento aos seus interesses e transformou radicalmente o bairro da Lapa. Uma particularidade digna de observação deve ser referida: à época, no Brasil, vigorava o regime da ditadura civil-militar, a quem não interessava a manutenção deste cenário, pois as sedes de grandes corporações militares eram localizadas em proximidades da região, como o Comando Militar do Leste, o I Comando Aéreo Regional, o Quartel General da Polícia Militar, o Quartel General do Corpo de Bombeiros Militares, a sede da Polícia Federal e o Comando do I Distrito Naval e o Palácio da Justiça.

Devido a essas e outras circunstâncias, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nesta época, empreendeu um processo de revitalização do bairro da Lapa e áreas circunvizinhas com três finalidades principais, melhorar esteticamente a região, promover segurança e fomentar a especulação imobiliária. Desse modo, observou-se uma aliança perfeita entre o Poder Público e o setor econômico, ambos visando a produção crescente de montantes em seus caixas, sendo a iniciativa a principal beneficiada.

Antes de prosseguir, cabe apresentar algumas peculiaridades acerca do entendemos como revitalização. O cerne do processo de revitalização consiste em transformar um cenário arquitetônico, visando atribuir vitalidade ou torná-lo propício para a movimentação de pessoas, sem reações negativas, com a disposição estética dos espaços físicos. O intuito desse processo é a promoção do bem-estar e a possível recuperação de espaços degradados, esquecidos ou abandonados pelo Poder Público em termos de investimentos em infraestrutura e rede de serviços.

Contudo, é praticamente impossível executar um plano diretor de revitalização sem que seus efeitos não incidam diretamente na gentrificação, bem como na especulação imobiliária e elevação de preços. E, esse contexto aconteceu, de forma significativa, na revitalização do Bairro da Lapa, atualmente um bairro que, devido, aos preços de seus imóveis, faz uma devida seleção das pessoas que nele habitam, bem como dos proprietários de casas comerciais e de entretenimento.

A finalidade principal da revitalização, pelo menos em termos expressos, consiste em uma política implementada em nome da recuperação de uma dada região, outrora concebida como agradável e acolhedora. Trata-se de uma política que promete, em termos nostálgicos, recuperar uma perda, o que, de certa forma, justifica um conjunto de ações, muitas das quais, de caráter

impopular e violento. Também encontra-se na esteira desse empreendimento a ideia de progresso, conforme se constata na corrida imobiliária, a qual tem como contrapartida a elevação dos valores de impostos cobrados pelos órgãos governamentais.

Geralmente, as motivações alegadas para uma transformação de tal natureza são apresentadas em nome da recuperação da prosperidade de uma região que entrou em decadência ou tornou-se pouco recomendável para a circulação de pessoas, principalmente pela presença de transeuntes ou daquelas que ocupavam habitações coletivas e de outras naturezas. A revitalização, neste caso, consistiria na criação de novos postos de ocupação para pessoas, geralmente qualificadas, no sentido de atrair novos frequentadores e investidores para a abertura de casas comerciais, espaços de lazer e outros. Não obstante, cabe sinalizar que, para revitalizar, um determinado órgão público tem que decretar, geralmente movido por interesses de natureza econômica, um estado de condições negativas na região, as quais justificam a mudança apresentada em sentido de melhoria e progresso. Entretanto, é provável que o fator econômico tenha peso significativo nas decisões administrativas, tomadas em nome do interesse público, sendo o principal contemplado a iniciativa privada.

Em relação ao bairro da Lapa, a revitalização propôs reformas, inicialmente, em prédios do bairro, para um melhor aproveitamento dos mesmos, pretendendo reconfigurar sua função a fim de estimular o comércio, atrair novas empresas para entretenimento e, principalmente, provocar o interesse em novos moradores para viverem na região. No entanto, a revitalização dos prédios acarretou uma profunda transformação nos grupos sociais, por um processo de substituição dos grupos que haviam por outros que passaram a conviver e frequentar no local.

Em face dessas constatações, indagamos se as autoridades estão cientes de que, concomitante às melhorias, há muitas ocorrências de violência acontecem. Explicando melhor, questionamos se as políticas públicas, nesse processo de revitalização, tiveram como foco o destino das pessoas que, forçosamente, foram retiradas desses locais para outras regiões da cidade, bem como aquelas que foram impossibilitadas de permanecerem, em decorrência das dificuldades de produzir condições econômicas para se manterem no local, devido à elevação de impostos e à adaptação ao aumento dos preços de serviços que foram instalados. No entender de Irias (2007, p. 3-4):

[...] A alocação dos serviços começa a atender a uma nova lógica. O trabalho perde, rapidamente, o papel de ser o elo que permite a ligação entre as forças produtivas e a grande massa de trabalhadores. A lógica do consumo passa, então, a ser a bola da vez. Os projetos se inserem na perspectiva única e exclusiva do lucro. Os espaços são estruturados e reestruturados dentro desta nova lógica. [...] A competição atravessa diferentes escalas, já que as diferentes redes – algumas até então não existentes – permitem uma maior

conectividade entre os diferentes espaços. Os problemas sociais, por outro lado, são cada vez mais ignorados ou deixados ao acaso. A acessibilidade aos serviços é marcada pela competitividade. Esta por sua vez, acontece como consequência direta deste novo modelo de planejamento e é cada vez mais revestida da desigualdade de condições e possibilidades entre as diversas camadas da população urbana. Esta lógica espalha-se pelos diferentes espaços da cidade, forçando a grande maioria dos indivíduos a lutar cada vez mais pelas condições de reprodução no seu cotidiano. Desprende-se desta conjuntura um novo olhar para espaço urbano. Neste contexto, os novos projetos são elaborados estrategicamente, os espaços escolhidos para concretização dos investimentos são pensados e repensados segundo esta nova lógica. A questão social parece ser secundária, a segregação socioespacial se expande rapidamente e os espaços da cidade revestem-se dos muitos problemas sociais já existentes.

Analisando essa dinâmica determinada por uma política estatal, em suas filigranas, somos levados a concluir que estamos diante de um verdadeiro processo de segregação de pessoas que, uma vez removidas, deixaram vestígios e rastros que insistem em se fazer presentes. Quer dizer, a revitalização será sempre uma ação geradora de tensão social, em razão do confronto de sensações dos novos habitantes e proprietários com as lembranças das pessoas que, como indícios de vida, jamais são silenciadas. São as particularidades dessas lembranças que tomamos, como fio condutor, no processo de construção de memória, pois como afirma Assmann (2011, p. 317) “grande é a força da memória que reside no interior dos locais”. Nesse sentido afirmamos que, mesmo tendo havido a remoção de pessoas, a demolição de prédios, a abertura de ruas e avenidas, a instalação de casa noturnas, bem como empreendimentos comerciais, as lembranças dos cenários que foram transformados tornam-se ativas, ultrapassando os ambientes transformados e os novos grupos sociais, a ponto de apontarem para um além silenciado ou impedido de expressão, mas que deve ser considerado como uma voz que ecoa na busca de um sentido ou mesmo de reconhecimento.

A título de ilustração, vale a pena fazer remissão às ocorrências de revitalização do Porto Maravilha, pois segundo Gaffney (2013) houve a transposição de famílias de 24 comunidades em um intervalo de tempo bastante exíguo. O rastro de segregação produzido é a consequência da necessidade de realização de obras dos corredores exclusivos para ônibus. Como exigência para a sua efetivação a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro decretou que determinadas regiões, nas quais viviam populações pobres, fossem declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, realçando mais uma vez, a prática de gentrificação com a remoção de pessoas, demolição de casas, produção de terrenos para a construção de novos edifícios, criando novas condições que inviabilizam essas pessoas continuarem nesses locais.

É interessante considerar que essa determinação pode ser comparada a uma política de segregação e eugenia, uma vez que, geralmente as pessoas removidas forçosamente são de classes

econômicas de baixíssimo poder aquisitivo, além de não disporem de condições de engajamento em atividades de rentabilidade econômica suficiente para poder arcar com a elevação dos custos de vida que advém da revitalização. Quase sempre, a população que habita as áreas revitalizadas passa de pobre para quem dispõe de condições econômicas para arcar com o ônus de viver no local transformado pelo embelezamento. Certamente o destino das classes de baixo poder aquisitivo é a distância e o silenciamento provocados pelo Estado; mantido por aparelhos repressores, públicos e privados, encarregados de um monitoramento minucioso que se desdobra em ações coercitivas executadas em nome da segurança, bem-estar, controle e manutenção de um *status quo* de um segmento social privilegiado

Ambos os projetos de revitalização (bairro da Lapa e Porto Maravilha) devem ser considerados, pelo menos, de duas maneiras: por um lado, há um aspecto positivo que consiste na transformação estética da região e na implantação de novos serviços. Por outro, a remoção de pessoas e a impossibilidade de se manterem no local são os aspectos negativos que expressam uma modalidade de violência sutil e escamoteada. Contudo, seja por uma vertente ou por outra, os novos cenários sinalizam imperiosamente a presença de restos, seja das vidas que foram deslocadas, seja das edificações destruídas, considerando também os inúmeros acontecimentos que tiverem, como palco, os locais transformados pela revitalização.

De importância cabal, esses vestígios, conforme assinala Debary (2017), são fundamentais para a construção da memória que persiste em mínimos detalhes incessantemente nesse local; seja quando se focaliza os novos edifícios, os quais nova fazem evocar que aonde se encontram alguma coisa saiu definitivamente de cena; seja nos indícios que se reportam a vozes que clamam ante a insatisfação e o estranhamento, decorrentes da obrigatoriedade para as pessoas em rearranjar as suas vidas. Com isso, queremos sinalizar que, da mesma forma que as plantas do projeto diretor apontam uma direção, os relatos de grupos sociais, inseridos na rubrica da gentrificação são igualmente importantes, pois, segundo Gohn (2011, p. 335) são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas”. Nem sempre a área revitalizada faz menção às vozes das pessoas que foram removidas, visto que os aparatos do Poder Público, quase sempre, agem para silenciá-las mediante a ativação e permanência de potentes mecanismos de vigilância e controle.

Por fim, vale destacar que o processo de revitalização, focalizado nesta reflexão, data de aproximadamente meio século e mudou radicalmente a vida das pessoas que nele permaneceram, bem como também daquelas que passaram a habitá-lo. Atualmente, o bairro da Lapa é conhecido como um grande polo de lazer destinado especificamente a uma camada social que dispõe de condições socioeconômicas para frequentá-lo, bem como para morar em modernos edifícios

residenciais e abrir escritórios em suntuosos prédios que compõem um cenário digno de um cartão postal. Para tanto, é preciso uma contextualização histórica do bairro e seu contexto socioespacial, para a análise acerca da produção de memória com os processos pelos quais a região foi submetida.

A metropolização e a descentralização administrativa da cidade do Rio de Janeiro causou uma grande transformação, caracterizada, sobretudo, pelo esvaziamento da região central, favorecido principalmente pela criação de subprefeituras em grandes regiões. Algumas funções centrais passaram a ser desempenhadas nos bairros localizados nas zonas sul, norte e oeste da cidade que deixou de ter como único e principal polo o centro (ABREU, 2003). A consequência mais imediata dessa transformação consistiu na alteração significativa do cenário de centro da cidade, que conheceu uma profunda omissão do Poder Público, sendo por esse motivo local que passou a concentrar atividades de prostituição masculina conjugadas com pequenos delitos.

No final da década de 1970, quando o centro da cidade se encontrava no auge de decadência, a Prefeitura da Cidade elaborou o primeiro projeto de preservação, no sentido de transformação estética, para a área central da cidade, que abrangeria os setores da Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e Saara: o Projeto Corredor Cultural, conforme aponta Macedo (2004). Esse projeto não sanou por completo as dificuldades pelas quais a região atravessava, estendendo-se nas duas décadas subsequentes, razão pela qual novos projetos foram implementados.

É curioso lembrar que esse cenário de mudanças urbanas em nome da revitalização ratifica a tese que apresentada na introdução desse trabalho, quando sugerimos que o mote da cidade desde praticamente os seus primórdios é a busca de elegâncias estéticas e enobrecimento.

Em se tratando da revitalização do bairro da Lapa em termos históricos, podemos considerar, em primeiro lugar, a sua transformação em polo de lazer e entretenimento, com marcada valorização imobiliária e, em segundo lugar, produziu-se também uma narrativa que retrata uma história que “sufoca e mata as vivazes memórias particulares e locais”. (ROSSI, 2010, p. 28). O novo cenário, em certo sentido, expressa, paradoxalmente, a repulsa a determinados grupos sociais que foram obrigados a abandonar a região, tendo que viver em localidades distantes do centro. A remoção de pessoas bem como a divulgação de mecanismos inibidores da violência teve repercussões imediatas, tanto no setor habitacional quanto no âmbito do comércio e entretenimento.

Em face dessa nova conjuntura, na década de 1990 donos de antiquários, da Rua do Lavradio, sensíveis às novas transformações e vislumbrando atrair um novo nicho econômico, tomaram a iniciativa de promover uma feira mensal de antiguidades, existente até hoje, como possibilidade de lazer e promoção do lugar para pessoas de um segmento social, com expressivo poder econômico.

Os antiquários, a fim de se expandirem economicamente, passaram a ter também, em suas dependências, restaurantes e casas de festa, ampliando assim suas funções.

Como ilustração, mencionemos o atual restaurante Rio Scenarium, o qual é um exemplo de rugosidade, conforme afirma Santos (2006), em decorrência da transformação funcional de um mesmo espaço: o casarão de três andares fora outrora moradia, até que, na década de 1990 transformou-se em antiquário e, posteriormente, em 2001, em restaurante, bar e casa noturna, como se pode observar a partir dessa evidência, existe uma comunhão das aspirações do Poder Público com setores da iniciativa privada no processo de requalificação de um espaço que entre outros fatores concorreu para a revalorização imobiliária do bairro.

Concomitantemente, a população pobre que historicamente residia na região foi removida, devido a demolição de imóveis antigos (concentração de várias famílias) para a construção de novos prédios em função do crescimento da especulação imobiliária. Deste processo resultou uma modelação no âmbito dessas relações na cidade, fruto de mudanças arquitetônicas estruturais que incidiram diretamente sobre as pessoas em função de suas condições econômicas, as quais foram determinantes para que estas se mantivessem ou não na região, uma vez tendo ocorrido a reforma. Dito em outras palavras: o local uma vez transformado impunha condições para permanência, de modo a selecionar grupos sociais específicos, bem como alijar outros por não terem condições de atender às novas exigências.

Já na década de 2000, quando a rede de bens e serviços estava bem instalada na região central do Rio de Janeiro, um grande empreendimento imobiliário surge na Rua do Riachuelo, o Condomínio Cores da Lapa. Amplamente apoiado pela Prefeitura, o condomínio é destinado à classe média, porém grande parte de seus apartamentos foi adquirida por investidores na expectativa da especulação imobiliária, realizando assim um grande investimento. O lançamento desse empreendimento atrelou-se ao lema de recuperação da região da Lapa, sobretudo, para fins residenciais mas com o firme propósito de melhorar a imagem da cidade, reescrevendo um novo capítulo em sua história de inserção social de pessoas de considerável poder aquisitivo. Nesse sentido, esse condomínio arvorou-se a ser o resgate de uma Lapa outrora glamorosa que contou com o movimento “Eu Sou da Lapa”, que segundo Guterman (2012, p. 50) faz eco à “emblemática campanha publicitária *I love NY*, lançada nos de 1970 para promover o turismo na cidade de Nova Iorque, e até hoje a campanha faz sucesso”.

O lançamento dessa campanha patrocinada pela construtora Klabin Segall antecedeu ao lançamento do Condomínio Cores da Lapa, construído pela mesma construtora. Intentava-se, à época incutir um novo conceito no mercado imobiliário de condomínio residencial na região da Lapa, como se evidenciaram as campanhas publicitárias de seu lançamento, às quais, ao invés de valorizar

os atributos do empreendimento se detiveram na promoção da Lapa, em anúncios contundentes realizados pela mídia impressa, televisiva e curiosamente em *outdoors* localizados em estádios de futebol, conforme constata Guterman (2012).

O empreendimento imobiliário utiliza nomenclaturas que buscam associá-lo ao bairro, como o nome dos prédios: Seresta, Aquarela, Batuque, Toada, Melodia e Ritmo. Esta caracterização identitária é um mecanismo utilizado, não só pelo edifício Cores da Lapa, como também por hotéis, bares e restaurantes, para promover o potencial turístico do bairro, evidenciando apenas o lado boêmio. Certamente tanto a violência quanto a miséria que convivem, lado a lado, não somente foram constantemente ignoradas, além de serem também objeto de repressão e negação, especialmente em práticas dos meios midiáticos, as quais no intuito de serem solidárias à ideia de progresso e ante o temor de difundir a má fama da região, minimizaram o teor de suas informações. Esse modo de agir do aparato midiático foi certamente motivado, por um lado, pela ideia de que retratar a real situação causaria um grande desequilíbrio econômico pelo fato de afugentar os frequentadores de bares, restaurantes e casas noturnas e, por outro, a circulação de informações sobre miséria e violência poderia se constituir em um vetor que causaria a desvalorização dos preços de imóveis e queda no valor dos aluguéis. Há ainda que ressaltar a preocupação dos meios midiáticos em apresentar uma estética agradável para, com isso, fomentar a atração de turistas. A esse respeito, basta que consideremos a criação de um cartão postal da cidade com os Arcos da Lapa, em um trabalho fotográfico de qualidade considerável.

A transformação socioespacial da Lapa

O bairro da Lapa tem uma história que retrata a passagem de grupos sociais distintos, desde aqueles de alto poder aquisitivo até pessoas adultas em situação de abandono social. Devido à natureza diversa do grande fluxo de pessoas e de seus habitantes, o bairro se caracteriza por um certo movimento de transitoriedade. Com o declínio de setores culturais no bairro, insurgiu-se uma nova categoria, reconhecida socialmente como um setor marginalizado, divulgado na mídia como os malandros da Lapa, tendo sido palco de muitas ações violentas; inclusive uma delas, serviu de roteiro de dois filmes.

O primeiro, denominado “Rainha Diaba”, protagonizado pelo ator Milton Gonçalves data do ano de 1974, dois anos depois do falecimento da pessoa cuja história de vida inspirou, segundo Durst (2005), o roteiro do filme que retrata a trajetória de João Francisco dos Santos. Divulgado pela mídia, segundo Bento Filho (2017, p. 151) como

[...] o mais famoso malandro do Rio de Janeiro. Nascido em Pernambuco, era analfabeto, negro, homossexual e transformista. Tido como excelente capoeirista, enfrentava os policiais que lançassem insultos contra ele, prostitutas, travestis e negros. Apaixonado pelo carnaval carioca, desfilou em 1942 no Bloco Caçador de Veados usando uma fantasia intitulada Madame Satã, inspirada em filme homônimo de Cecil B. de Mille. Após ganhar um concurso de carnaval com a indumentária, ficou conhecido pelo nome da mesma por reagir contra os preconceitos da sociedade, tornou-se um anti-herói, um elemento que jamais baixou a cabeça aos poderosos. Ele viveu até a década de 1970, testemunhando o declínio do bairro.

O segundo filme, uma coprodução franco-brasileira de grande sucesso, denominado Madame Satã, referência marginal do bairro da Lapa no século XX, dirigido por Karin Ainouz, cujo personagem foi protagonizado pelo ator Lazaro Ramos, lançado segundo Mariano (2010) no alvorecer do século XXI.

O brasileiro que serviu de inspiração aos diretores na construção do referido personagem ilustra cabalmente o *modus vivendi* no bairro da Lapa, principalmente se rastreamos aspectos de sua história, conforme se depreende das entrevistas ao jornalista Sylvan Paezzo (1972) nas quais se evidencia a trama de sua vida. Filho de escravos, segue, de certo modo a trajetória de seus ancestrais, tornando-se uma espécie de escravo particular, ainda quando viveu na cidade do Recife, realizando trabalhos pesados sem exigência de remuneração. Ao se mudar para a cidade do Rio de Janeiro, passou a viver na Lapa, exercendo as funções de entregador de marmitas, cozinheiro e segurança de casas noturnas, o que lhe facilitou o encargo de protetor de prostitutas contra roubos, agressões e estupros. A proximidade com o meio artístico, foi responsável pela ideia de se apresentar em espetáculos, nos quais se vestia de pomposos trajes femininos, o que, para a época, era um verdadeiro afronte aos costumes. Foi preso várias vezes pelos mais diferentes motivos, embora sua ficha se destaque pelo enfrentamento a policiais dada sua reconhecida capacidade de capoeirista. Sem dúvida, o universo ao qual fazia parte Madame Satã era bem amplo e acontecia no bairro da Lapa, contribuindo para a difusão de uma má reputação.

Curiosamente, o plano diretor de revitalização data de uma época em esse personagem tinha uma marcante atuação e era também bastante temido, além de ser considerado um tipo de escória da sociedade, por ser nordestino, analfabeto, pobre, negro, homossexual e, sobretudo, criminoso. Essa era apenas uma nuance, dado que a imprensa, em uma espécie de clamor por segurança, esmerava-se em difundir cenas de violência no bairro e seus entornos.

Um novo olhar do poder público com uma perspectiva econômica planejou a transformação radical do bairro, constituído atualmente por espaços que marcam a vida noturna da cidade, como casas de shows, bares, restaurantes, boates, casas de jogos, capazes de atrair os mais diversos tipos

de pessoas, de faixas etárias e de renda diferentes. Além de abrigar um polo voltado ao entretenimento, a Lapa continuou como um bairro residencial, porém com feições estéticas e econômicas completamente novas, marcada pela coexistência de imóveis de alto padrão, com altíssimos preços de aluguéis e ocupações populares temporárias de prédios públicos esvaziados, onde ainda resistem grupos sociais que foram marginalizados pelas diferentes reconfigurações urbanas que ali aconteceram. Cabe assinalar que os grupos de baixo poder aquisitivo econômico tendo permanecido, certamente, não desfrutaram de todos os serviços no bairro, sendo muitas das vezes passageiros contemplativos. Cabe acrescentar que o horizonte de ação desses grupos marginalizados, atualmente é bastante regulada pela presença de agentes do programa Lapa Presente.

Após um longo período de degradação posterior a reforma urbana do início do século XX promovida por Pereira Passos, o processo de revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro foi retomado com maior intensidade nas últimas cinco décadas. Inicialmente, a criação do Projeto Corredor Cultural, em 1979, abrangeu os bairros da região central da cidade: Praça Quinze, Saara, Largo de São Francisco e Cinelândia, estipulando medidas para a preservação e renovação dos imóveis históricos (SMP, 1984).

Essa iniciativa que dura até 1983 representa o ponto de partida para uma série de intervenções com o objetivo reconfigurar o espaço, iniciadas com o tombamento e a restauração de imóveis históricos, a fim de incentivar a reocupação dos mesmos ou atribuir-lhes outras destinações. A aplicação de recursos do Poder Público na revitalização desses bairros visou a retomada de investimentos nesses locais, movimentando, desta forma, a rede de comércio e serviços na região e o fortalecimento da economia local que, posteriormente, requalificou a região. Depois da realização desse projeto as autoridades se referiam ao bairro como a Nova Lapa, deixando explícita a ideia de uma transformação radical.

Para pôr em prática a realização da revitalização, fez-se necessário, da parte do Poder Público, a remoção de pessoas pobres que não dispunham mais de condições para viverem no local. Vale salientar que não se conhece um projeto dos órgãos públicos para a acomodação das pessoas removidas em novos espaços, bem como políticas de acompanhamento, pois o projeto de remoção trazia no seu bojo apenas a indenização em valores prefixados. Eis uma nuance de violência que sequer é aventada. Porém, como bem nos alertou Morin (2012, p. 16), trata-se de “uma barbárie que toma forma e se desencadeia com a civilização”. Isto nos faz pensar que o processo de remoção teve efeitos devastadores em nome do progresso, visto que a consequência imediata consistiu na modificação radical da vida dessas pessoas, que tiveram que construir novos hábitos para se adaptarem as exigências em face do novo padrão de vida. Essas pessoas tiveram que reprogramar o

seu cotidiano, reajustando seus ritmos em função de deslocamento para o trabalho e, possivelmente, lazer.

A produção do espaço urbano sofreu diversas alterações em sua dinâmica a partir dos eventos da revitalização, gerando impactos que são muito presentes ainda hoje, como a gentrificação (SMITH, 2007). Este conceito foi desenvolvido para explicar a segregação de populações de zonas centrais de cidades dos Estados Unidos, ocasionada justamente por reformulações urbanas, produzidas pela iniciativa privada em parceria com o Poder Público. A nova modelação da região, visando a transformação do bairro em polo de entretenimento e especulação imobiliária, atraiu interesse de empresas e, concomitantemente, de uma classe de considerável poder aquisitivo, resultando no aumento significativo do custo de vida local.

É interessante observar que os grupos se comportaram de forma heterogênea: uma parte dos moradores, sem maiores questionamentos receberam indenizações e reconstituíram precariamente suas vidas em espaços distantes, expressando sensação de impotência e conformismo, completamente alheia às intenções de determinados setores. Outra parcela, que não se dispunha à negociação com o Estado, insistiu em permanecer no lugar, marcando, assim, uma forma de resistência, o que entendemos, conforme assinala Gondar (2003) como uma produção de memória na formação de uma dobra pela resistência. Sabe-se que esses grupos não obtiveram êxito, pois na condição de populações vulneráveis foram prejudicados, conforme afirmam Rogers e Ballantyne (2008, p. 32), “quando são negados, injustamente, direitos sociais e políticos. (...) A discriminação institucionalizada pode empurrar os grupos afetados para uma posição subalterna dentro da hierarquia social”. Contudo, mesmo diante de um Leviatã poderoso, esses grupos se mantiveram ativos na reivindicação de seus direitos clamando para que suas vozes fossem ouvidas.

A presença e vozes dessas pessoas são indicativas de uma espécie de mal-estar próprio do tempo em que vivemos em relação ao qual “deveríamos ter a coragem de desfazer os velhos nós, atados ao longo do século passado”, conforme assinalou Finnazi-Agro (2012, p.20). Essa advertência nos faz indagar de que maneira devemos considerar a ação dessas pessoas tratadas historicamente como marginais invisíveis? Eis uma via de abertura para considerarmos restos, resíduos e vestígios na construção de uma memória que produza sentido para o processo, bem como, para o modo de vida das pessoas que se acomodam e daquelas que resistem. A esta altura de nossa reflexão cabe pensar especular acerca de quais regiões serão decretadas decadentes para justificar novas intervenções do poder público em aliança com a interesses do setor privado; bem como qual será o destino das pessoas que nelas vivem, que sequer são advertidas de que um acontecimento dessa natureza é bastante provável em razão de circunstâncias, muitas vezes, sombrias. Diante da constatação de inúmeros danos subjetivos causados a populações marginalizadas, será que o Poder

Público empreenderá medidas para a reacomodação das pessoas removidas, ao invés de deixa-las à mercê de seu destino?

Novos cenários da Lapa e seus vestígios

A Lapa é um espaço social onde podemos identificar diversos pontos de resistência: a presença de grupos de expressão cultural, transeuntes, artistas, ambulantes, artesãos. As ocupações de movimentos sociais, historicamente marginalizados, é apenas um exemplo visível a qualquer hora do dia, fácil de ser reconhecido por qualquer pessoa que flane pelas suas ruas. Além do mais, chamamos atenção o contraste entre luxuosas edificações que funcionam como hotéis, casas de espetáculo e restaurantes caros com prédios em avançado estado de abandono, popularmente ocupados. Nesse ponto, a resistência é fácil de ser constatada pela insistência desses grupos em tentarem ser reconhecidos como integrantes da região e não como estranhos, assemelhados a excedentes. Mesmo em face dessa restrição são tolerados pelo novo segmento social que passou a ocupar o bairro, na esperança que em algum momento o Poder Público se encarregue de produzir uma solução, qualquer que seja, para remover definitivamente esse foco de resistência que ainda subsiste.

No entanto, existem outras resistências ocorrendo no bairro que não são tão explícitas, como a presença de grupos de danças tradicionais (Ciranda, Carimbó, Jongo, Coco e Maracatu do Grupo Zanzar e outros grupos); grupos de capoeira remanescentes; espaços dedicados à promoção da cultura negra, (Federação de Blocos Afros e Afoxés do Rio de Janeiro, FEBARJ); e até mesmo a Igreja Cristã Contemporânea, localizada na Avenida Mem de Sá; fundada em 2006, reconhecida por acolher pessoas dos mais variados credos em seus cultos, além do público LGBTQ +. Esse espaço destinado a práticas religiosas não é bem visto por setores pentecostais, sob a legação de acolher uma pluralidade indistinta de pessoas, claramente, sem ter como missão principal a conversão segundo dogmas tradicionais.

A Lapa ilustra exemplarmente o conceito foucaultiano de heterotopia, como espaço onde ocorrem diferenças que escapam a qualquer segmentação identitária, visto que a problemática dos lugares, bem como das localizações, constitui-se como uma situação complexa no cenário contemporâneo, especialmente das grandes metrópoles. Em certo sentido, a época em que vivemos produz uma reversão significativa de *modus vivendi*: o espaço habita o ser humano possibilitando articulações e tensões pela disputa de seres quanto a ocupação de determinados espaços.

Aludindo ao terceiro princípio do conceito de heterotopia, constatamos ser possível, no tocante à dinâmica dos lugares, a justaposição simultânea de vários espaços, bem como de vários

posicionamentos subjetivos que, pela sua natureza, são incompatíveis. Alinhando-nos ao pensamento de Foucault (2009, p. 414), extraímos de suas próprias palavras, um encaminhamento assaz pertinente às nossas reflexões. Quer dizer:

O espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo. Dito de outra forma, não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual se poderiam situar os indivíduos e as coisas. Não vivemos no interior de um vazio que se encheria de cores com diferentes reflexões. Vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos.

Sendo assim podemos compreender que a pluralidade de espaços e ideias encontradas na Lapa cabe perfeitamente nesse contexto. Eis o nosso encaminhamento para abordar a região considerando o conceito de rugosidade e heterotopia, além das alterações geográficas produzidas pela mão humana que modificaram definitivamente o cenário até chegar aos dias atuais.

A convergência e convivência de elementos heterógenos e contraditórios na Lapa podem ter sido ocasionadas justamente pelos vários processos de revitalização aos quais o bairro foi submetido. Como já afirmado, nos processos de transformação e reorganização da forma urbana, existem inúmeras tentativas de se destruir ou omitir qualquer aspecto destoante à nova forma pretendida. No entanto, as formas de resistência observáveis no bairro da Lapa e seus entornos demonstram, nitidamente, que, ainda que se tente apagar, os vestígios deixam rastros que enunciam enredos a serem escritos ou contados. Estes vestígios podem ser físicos (ocupações de prédios esvaziados); culturais (presença de atividades tradicionais) e também a própria memória. Com isso, estamos assinalando que as estratégias destinadas à manutenção do que deve ser lembrado, bem como do que deve ser esquecido, nem sempre são exitosas, uma vez que a maneira como os cidadãos expressam e manifestam suas insatisfações são, até certo ponto, controladas pelo Poder Público. Essa instância, com seus aparatos eficazes, determina uma direção a ser seguida, selecionando fatos que devem ser significados para ser lembrados, mesmo que seja de forma distorcida, bem como para aqueles que geralmente são omitidos.

A revitalização, decerto, foi um processo violento a grupos sociais que estavam historicamente inseridos na localidade. A reconfiguração urbana, em busca de embelezamento e enobrecimento do lugar pela especulação imobiliária propiciou a mudança da função de diversos espaços, além de ter sido responsável direta ou indiretamente pela gentrificação. Para as interpretações dos órgãos oficiais, melhoria estética e progresso devem ser considerados consequências naturais visando à adequação ao novo cenário, justificado como um processo que

ocorre de maneira espontânea e pacífica. No entanto, uma atenção mais acurada para ouvir as pessoas removidas e expulsas sobre o modo como ocorreu o processo, certamente revelará outra versão incluindo ações marcadas por violência.

Quer dizer, as duas vertentes discursivas não evidenciam as mesmas versões dos fatos, nem a mesma interpretação. Conforme depreende-se, por um lado, há uma vertente de memória imposta pelos interesses da classe dominante legitimados pelo Poder Público; enquanto que, por outro, mantém-se vibrante uma outra vertente, inscrita e silenciada em grupos sociais que clamam para serem ouvidos e reconhecidos. São vozes abafadas que dificilmente dispõe de expressão nos meios de difusão de informações. Contudo, essas pessoas, apesar de desterradas ainda são testemunhas vivas de uma existência, sendo por isso uma fonte de incômodo.

Diante dessa circunstância, a história é um caminho fértil no que concerne à explanação do métodos empregados para solucionar situações que confrontem as diretrizes sociais estabelecidas, dentre os quais enumeramos três: a) a eliminação, pela prática do extermínio; b) os métodos ortopédicos de correção e, c) o reconhecimento da alteridade em termos de aceitação e tolerância. Convém salientar que conforme aponta Rancière (2018), no âmbito da condição humana, as instituições governamentais tem encontrado dificuldades na implantação da terceira modalidade. Situação análoga pode ser observada na ausência ou má aplicação de políticas públicas para as pessoas removidas em processos de revitalização. Como o Estado não obtém êxito na aplicação da terceira modalidade, então esse contingente permanece à margem, em uma espécie de memória subterrânea, sendo uma presa predileta para a intervenção de ações corretivas e, em situações extrema, de extermínio.

Dessa forma, deve-se questionar como a mesma história pode ter relatos opostos, ou seja, dois tipos de memória que, no entender de Pollak (1989) são as memórias oficiais e as memórias subterrâneas. Essas últimas, por diferentes motivos, são impedidas de se expressarem ou mesmo ganharem sentido, permanecendo em uma zona sombria até o momento em que sejam trazidas para reflexão e assim significadas e reconhecidas.

As memórias oficiais, como é possível prever pelo nome, são as memórias que constam em documentos oficiais, em arquivos, bibliotecas, na mídia. A história presente nos arquivos é contada a partir das memórias oficiais que serão impostas como verdades e perpetuadas. Já as memórias subterrâneas correspondem ao resgate de registros de grupos rechaçados, em detrimento de resíduos que são interditados pela memória oficial, à medida em que se questiona os cenários atuais e se reflete sobre o que outrora existiu naqueles lugares. As memórias subterrâneas, quando emergem, causam uma subversão no contexto histórico, pois põem em xeque o que já está naturalizado, indicando um processo de omissão ou ocultamento de determinadas nuances

subjetivas que foram aplainadas e controladas pela violência. Certamente enquanto perdurarem os mecanismos de violência, essas memórias são impedidas de expressão que, segundo Pollak (1989, p. 4), “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso, a memória nacional”. As memórias subterrâneas são objeto de omissão por vários motivos, a saber: convicções morais, controle do Estado e falta de condições de determinadas pessoas em relatar eventos vividos.

Contudo, é importante salientar que as memórias subterrâneas acentuam o caráter destruidor, homogeneizador e repressivo da memória oficial. Geralmente, mesmo permanecendo em silêncio essas memórias afloram em momentos de crise, sendo sinais de resistência e, ao mesmo tempo entram em disputa com as memórias eleitas para serem lembradas e transmitidas às gerações. A manifestação das memórias subterrâneas no espaço público, toma a conotação de reivindicações, deixando transparecer zonas de tensão, entre os movimentos dos dominados (por vezes, de difícil controle pelos agentes dominadores) e a opressão dos dominadores, na tentativa de mais uma vez apagá-los ou negá-los. As memórias subterrâneas irrompem abruptamente, de modo a desestabilizar a suposta harmonia criada pela imposição da memória oficial.

Cabe ainda destacar que a contraposição entre memória oficial e memória subterrânea não significa oposição entre o Estado e a Sociedade. A construção dessas memórias está diretamente ligada aos jogos de poder que estão em vigência no momento, naquele lugar, determinando, sobretudo, o que é passível de ser lembrado e o que é forçado ao esquecimento (GAGNEBIN, 2009). Isso significa que, na maioria das vezes, as memórias subterrâneas estão relacionadas a minorias sociais e as memórias oficiais são relacionadas ao Estado.

Em relação à memória, pode-se dizer que a memória oficial tem função unificadora, estabilizadora, para a constituição de um ideal de nação, por exemplo. Já as memórias subterrâneas podem ser utilizadas como um instrumento horizontalizador para o entendimento da história. Os arquivos são os instrumentos utilizados pelas memórias oficiais para que esta seja conservada, denotando, sobretudo uma relação de poder, que, segundo Assmann (2009) se articula com o projeto de armazenamento, pois, a necessidade de se conservar e dar acessibilidade ao arquivo está intrinsicamente ligada à manutenção das memórias desejáveis. Até porque, para que seja constituído um arquivo, é necessário, além de conservar; selecionar o que deve ser guardado. Dessa maneira, pode-se entender que o arquivo é um dos principais, senão o mais importante, instrumento para à manutenção das memórias oficiais. É nesse contexto que tratamos os arquivos referentes ao projeto do plano diretor de revitalização do bairro da Lapa, sem, contudo, deixar de considerar as vozes das pessoas que contundentemente expressam suas insatisfações, seja pela ocupação de determinados espaços, seja pelas reivindicações constantemente apresentadas. Vale destacar que

as vozes dessas pessoas pela utilização dos aparatos midiáticos e redes sociais conformam no entender de Castells (2017), uma trama relacional, pois configuram estruturas de conexão horizontal e propostas de adesão e pertencimento.

Ainda na acepção de Assmann (2009), uma sociedade pode ser interpretada a partir também do que se descarta no processo de seleção de documentos a serem arquivados. Esse descarte corresponde aos vestígios, daquilo que se tenta apagar de maneira objetiva: o lixo. Relacionando essa perspectiva com a revitalização da Lapa, pode-se constatar que a necessidade de apagamento de certos aspectos durante o processo de revitalização, faz parte da conjuntura de ações para a sua realização. Quer dizer, o plano diretor traçou uma política pública cuja finalidade consistiu em silenciar vozes e apagar vestígios de vida quando decretou a destruição de antigas moradias para instalar casas comerciais, casas noturnas, bem como a construção de arranha-céus. Ainda propiciou a circulação de pessoas de um segmento social economicamente abastado, sendo responsável pelo alijamento forçado de pessoas que escreveram suas trajetórias de vida no bairro e que foram sentenciadas a se adaptarem em outras regiões completamente diferentes.

A esse respeito é pertinente assinalar que as autoridades não desconheciam os possíveis efeitos decorrentes da utilização das estratégias relacionadas à execução do projeto de revitalização. Contudo, pouco ou nada fizeram no sentido de minimizar os danos aos quais um expressivo contingente de pessoas foi e ainda continua exposto, principalmente ao privilegiar o embelezamento e enobrecimento, deixando em segundo plano as políticas de reassentamento de pessoas removidas. De resto, podemos especular que à maneira do prefeito Pereira Passos, a gestão pública na revitalização da Lapa elegeu como medida, fazer a difusão de uma região com atrativos para assim ter a contrapartida no setor econômico.

Conclusão

Considerando os restos passíveis de se transformarem em memória, a implementação de políticas públicas para a revitalização, constituiu-se em um terreno fértil para a eclosão de protestos, por um lado, e para o enriquecimento de determinadas pessoas que investiram em imóveis a baixo custo, visando à especulação, por outro. O cenário mudou esteticamente sob a égide da elegância com a dinâmica que cotidianamente passou a fazer parte da vida do bairro, não só pelo aparecimento de casas comerciais e prédios sofisticados, como também pelo contingente de pessoas economicamente favorecidas que produziram, na condição de moradores e comerciantes, um novo cenário para a região.

Sob os escombros desse novo cenário, há indícios que sinalizam a passagem de vida, potencialmente capazes de produzir uma história diferente em comparação à versão extraída dos

documentos oficiais. Sem sombra de dúvida, tanto a violência dos grupos sociais que viviam no Bairro da Lapa, quanto a violência dos aparatos estatais no processo de remoção de pessoas deixam bem evidente as suas marcas e conformam histórias diferentes como retratada em romances e filmes.

Além disso, não devemos esquecer que a crescente marginalização de determinados grupos contribui, de forma significativa para o aparecimento de práticas violentas de afirmação, seja revelando as dificuldades de adaptação ao novo cenário econômico; seja em função das dificuldades subjetivas enfrentadas em decorrência das mudanças. A tentativa da busca de reparos para as perdas subjetivas revelou-se em ações, muitas das quais repletas de violência, mas que também devem ser consideradas como formas de resistência, cujos traços sinalizam processos em relação aos quais podemos construir memória, em termos de patrimonialização, como também dos danos nas pessoas que não conseguiram uma acomodação desejável para suas vidas.

Sendo assim, indicamos que há uma pluralidade de sentidos no processo de revitalização, dependendo efetivamente do ângulo em relação ao qual o mesmo seja enfocado, para ser possível a apropriação dos restos configurados como objetos passíveis de serem lembrados ou serem esquecidos. Com isso, estamos afirmando que há uma tensão entre aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, além do que, nesse processo, são produzidas modalidades de memórias muitas vezes falsificadas, domesticadas ou banalizadas. Se considerarmos as vozes das pessoas removidas como indicadoras de memória da repressão, podemos pensá-las como intrinsicamente associadas a experiências individuais vividas coletivamente por grupos considerados marginais. Certamente o processo de evidencição desses indícios que foram impedidos de se revelarem é indicativo de transformações.

Quer dizer, a iniciativa dessas pessoas em tentar serem ouvidas e a procura de atendimento as suas insatisfações devem ser entendidas como o esforço último na busca de recursos para se manterem vivas, ante a ameaça que paira em termos do esquecimento e abandono. Daí a importância do reconhecimento das experiências de vida dessas pessoas localizadas em um passado, pois a Nova Lapa não deve apagar da memória aquilo que um dia foi; seja em sua arquitetura; seja na conservação e consideração dos restos de vida de pessoas que compunham um cenário bem diferente do atual, apresentado aos turistas e frequentados de casas noturnas. É preciso refletir e relativizar o *slogan*: eu sou da Lapa.

Não estamos propondo um olhar nostálgico para a região, como se quiséssemos retornar ao passado, entendido como glorioso. Apenas salientando que é preciso reconhecer que, em determinados locais que foram demolidos, haviam pessoas que viviam de maneira bem diferente de quem, atualmente, reside no suntuoso condomínio Cores da Lapa, para citar um exemplo. É preciso não esquecer as vidas que passaram por antigos locais, mas que, em função da nova configuração,

não terão mais como se instalarem para habitar, nem mesmo condições de usufruir dos serviços e diversões disponíveis atualmente no bairro.

Eis o preço da revitalização: mudança arquitetônica e social. Com relação a mudança arquitetônica produz-se uma nova estética e com a remoção de grupos considerados marginalizados atende-se, até certo ponto, a uma política de higienização apresentada em nome da eugenia, da segurança, do bem-estar e do combate à violência, coroando uma série de estratégias para selar de forma eficaz e quase que definitiva, o processo de segregação.

Referências

- ABRAHÃO, J. V. S. **Memórias do Porto Maravilha: o eclipsamento de violências traçado por elegâncias estéticas**. Dissertação. (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.
- ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**, Campinas: EdUnicamp, 2011.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Huassmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- BENTO FILHO, E. **A história do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.
- DAMAZIO, S. F. **Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.
- DEBARY, O. **Antropologia dos restos: das lixeiras aos museus**. Pelotas: Um2, 2017
- DURST, R. **Madame Satã: com o diabo no corpo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FINNAZI-AGRO, E. Cultura e democracia. Violência e direito no Brasil contemporâneo. In: SELIGMANN-SILVA, M; GINZBUR, J; HARDMAN, F. F. **Escritas da violência**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, musica e cinema. Ditos e Escritos III**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2009.
- GAFFNEY, C. Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro. **@metropolis**. 15 (4), 2013.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. Rio de Janeiro: 34, 2009.

- GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 16 (47), 2011.
- GONDAR, J. O. Memória, poder e resistência. In: _____.; BARRENECHEA, M. A. (Org.). **Memória e Espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- GUTERMAN, B. C. **Cidade-produto, bairro-marca: coma a Lapa está se tornando o mais carioca dos bairros**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- IRIAS, F. D. **A renovação urbana da Lapa, Rio de Janeiro: um território de conflito?** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- JUPIARA, A.; OTAVIO, C. **Os porões da contravenção**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MACEDO, M. A concepção do projeto corredor cultural do Rio de Janeiro: a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 8 (4), 2004.
- MARIANO, W. Duas faces para o filme Madame Satã: uma análise comparativa dos projetos gráficos de seus cartazes. **VI ENECULT**. Salvador: UFBA, 2010.
- MORIN, Edgar. **Cultura e barbárie europeias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- PAEZZO, S. **Memórias de Madame Satã**. Rio de Janeiro: Lido, 1972.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2 (3) 1989.
- PRIORE, M. L. M. **Uma breve história do Brasil**. Rio de Janeiro: Planeta, 2010.
- RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018.
- RIBEIRO, T. F. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**. v. 10, n. 3, pp. 1334-1356, 2018.
- RIO DE JANEIRO. **Lei Municipal nº 506, de 17 de janeiro de 1984**. Cria a zona especial do corredor cultural, de preservação paisagística e ambiental do centro da cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1984/50/506/lei-ordinaria-n-506-1984-cria-a-zona-especial-do-corredor-cultural-de-preservacao-paisagistica-e-ambiental-do-centro-da-cidade-dispoe-sobre-o-tombamento-de-bens-imoveis-na-area-de-entorno-e-da-outras-providencias>. Acesso em fevereiro de 2019.
- RIO DE JANEIRO. **Lei Municipal nº 5.407, de 17 de maio de 2012**. Cria o Bairro da Lapa, pela subdivisão do Bairro de Fátima e do Centro, área da AP 1, II Região Administrativa. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/e3fcc69d06e73bd03257a02004f4969?OpenDocument>. Acesso em fevereiro de 2019.

ROGERS, W.; BALLANTYNE, A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. **RECIIS. R. Eletr. de Com., Inf. & Inov. Saúde**. v. 2 (sup. 1), 2008.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: UNESP, 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Ed. USP, 2006.

SMITH, N. Gentrificação, A fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**. São Paulo, (21), 2007.

Trabalho enviado em 23 de fevereiro de 2019

Aceito em 02 de fevereiro de 2020